



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638684 - SC (2021/0001532-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : ADRIELLE DE SOUZA OLIVEIRA SANTOS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MARCELO BARBOSA DE ALMEIDA - PR076898  
ADRIELLE DE SOUZA OLIVEIRA SANTOS - PR098784  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : DANIEL AULO (PRESO)  
**CORRÉU** : ROSANA ALVES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL AULO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (50416968720208240000).

O paciente se encontra preso pela suposta prática do delito previsto no art. 171 do CP.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação processual do paciente, diante de condições pessoais favoráveis e com ausência de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes dos arts. 312 e 313 do CPP.

Sustenta, ainda, que seriam suficientes as demais medidas cautelares não prisionais previstas no art. 319 do CPP.

Afirma a incompatibilidade da prisão preventiva decretada com o regime inicial prisional aberto ou semiaberto, porquanto a medida cautelar não pode ser mais gravosa do que a própria resposta penal prevista para o crime.

Defende que o paciente atende aos requisitos legais para que o Ministério Público promova o acordo de não persecução penal.

Por último, o impetrante aduz a necessidade de se substituir a prisão preventiva do paciente pela domiciliar, ou qualquer outra medida cautelar diversa da prisão, em razão do atual cenário pandêmico.

Requer, portanto, a concessão da ordem, liminarmente, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente; subsidiariamente, pede a substituição por medidas cautelares diversas da prisão, como a tornozeleira eletrônica.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que o Tribunal de origem fundamentou sua decisão nos fatos constantes no processo judicial.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente